

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA - CDTIV
RELATÓRIO FINAL
EXERCÍCIO 2023

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2024.

Aos
ADMINISTRADORES E CONSELHEIROS DA
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA - CDTIV
VITÓRIA - ES

REF.: RELATÓRIO FINAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

Apresentamos a V.Sas. o conjunto das Demonstrações Contábeis acima referenciadas, composto de:

- 1 – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES;
- 2 – CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES E NOTAS EXPLICATIVAS;

Releva observar que este relatório representa, através do “Relatório dos Auditores Independentes”, nossa opinião definitiva sobre as peças contábeis e os controles internos utilizados por V.Sas. no exercício de 2023, sendo que assuntos de menor relevância e não comentados no referido Relatório encontram-se nas Cartas de Controles Internos emitidas.

1 – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Conselheiros da
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA - CDTIV
Vitória - ES

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA - CDTIV, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA - CDTIV, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Confirmações externas

Como procedimentos de auditoria, em atendimento à NBC TA 505, solicitamos confirmações externas junto a cem por cento das Instituições Financeiras. No entanto, como não fomos respondidos, nossa opinião para saldos e operações com a instituição financeira “BRADESCO” foi embasada em procedimentos alternativos.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfases

Conforme divulgado na nota explicativa nº 10 – Investimentos “No exercício de 2019, a Companhia de Desenvolvimento Turismo e Inovação de Vitória - CDTIV, reclassificou a conta Terreno do grupo

de Ativo Imobilizado como Propriedade Para Investimentos - PPI, no grupo Ativo Investimentos, sendo mensurado pelo “valor justo”. Valor este baseado no Parecer Técnico da Comissão Permanente de Engenharia de Avaliações – COPEA, da Prefeitura Municipal de Vitória, obedecendo às diretrizes, às técnicas e as recomendações da NBR 14653 (ABNT). A reclassificação foi fundamentada conforme deliberação de Diretoria, onde fica clara a intenção da CDTIV em auferir renda e ganho de capital com este Ativo. Em 2021, a metodologia empregada no estudo, com base nos pareceres técnicos, apurou um valor de venda (valor justo), de R\$ R\$ 8.431.841,00 para o Terreno. No exercício de 2023, baseado no Parecer Técnico 162/2023 do COPEA, foi apurado um valor de venda (valor justo) de R\$ 10.650.172,00 para o terreno. O terreno, fora classificado como Propriedade para Investimento em 2019, pois se tratava de CESSÃO GRATUITA, conforme LEI 9.066/2016, para viabilizar a construção do CENTRO DE INOVAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO DE VITÓRIA – local este que, atualmente, também abriga a CDTIV. A intenção do acionista era de se fazer deste prédio um local para o fomento de negócios, geração de emprego e renda na cidade, abrigando empresas ligadas à pesquisa, tecnologia e inovação, além de outras que também dão suporte a toda essa cadeia de produção e atividade econômica, conforme especifica o Plano Diretor Urbano – PDU, aprovado pelo Conselho Municipal do Plano Diretor Urbano (CMPDU).” Nossa opinião não foi modificada em função desse assunto.

Conforme divulgado na nota explicativa nº 11 – Imobilizado “A Companhia possuía um Imobilizado no valor líquido de R\$ 11.076.610,79. O método de depreciação utilizado é o linear. A Administração vem informar que, em 31/12/2023, foi reconhecida pela contabilidade desta Companhia os direitos de propriedade da Edificação, no valor de R\$ 8.850.193,83, por meio do processo administrativo SIPAD 8630306/2023, advindos da Prefeitura Municipal de Vitória – PMV, que transferiu, naquela mesma data, o patrimônio para CDTIV. Tendo em vista que a transferência se deu em 31/12/2023, na forma do CPC 27 – ATIVO IMOBILIZADO, facultou o não registro da depreciação mensal, em função do breve período em que o bem foi posto à disposição da Companhia em 2023. Em 2024, é intenção desta Administração realizar um levantamento de forma a segregar a parte que será usada para uso próprio da Companhia da parte que será destinada a novos negócios ou investimentos, oportunidade em que será registrada a segregação das contas.” Nossa opinião não foi modificada em função desse assunto.

Outros assuntos

Auditoria do Período Anterior

As demonstrações contábeis da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA – CDTIV para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram auditadas por nós, que emitimos Relatório dos Auditores Independentes com modificação de opinião, datado em 12/04/2023, com ressalvas sobre a Propriedade Para Investimentos, Destituição dos Membros do Conselho de Administração, ênfase a respeito dos Eventos subsequentes sobre impactos de decisão do STF sobre a coisa julgada.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da CDTIV é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Vitória - ES, 26 de abril de 2024.

PLM AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA
CRC RJ 008323/O-7 ES
Márcio de Mendonça Fernandes
Contador CRC RJ 108281/O-0 ES
CNAI N° 4243
Sócio - Responsável Técnico

2 – CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES E NOTAS EXPLICATIVAS



COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA – CDTV

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO DE 2023

**Vitória - ES
31 de dezembro de 2023**

Prefeito de Vitória

Lorenzo Silva de Pazolini

Vice-Prefeita de Vitória

Estéfane da Silva Franca Ferreira

Conselho Fiscal

Miguel dos Santos Costa (01/01/2021 até a presente data)

Mônica Cristina Vieira Meira Kandler (30/07/2021 até a presente data)

Riller Pedro Sidequerky (03/01/2022 até a presente data)

Diretoria Atual

Marcus Gregório Serrano – Diretor-Presidente (19/12/2022 à presente data)

Donatila Lima Nava Martins – Diretora Administrativo Financeira (23/11/2022 à presente data)

Luzia Alves Toledo – Diretora de Turismo (03/04/2023 à presente data)

Diego Campana Fiorot – Diretor de Desenvolvimento de Negócios (05/01/2023 à presente data)

Bárbara Ohanna Moreira – Diretora de Inovação (25/10/2021 à presente data)

João Pereira Gomes – Advogado-Geral (14/02/2022 à presente data)

Contabilidade

Ana Lúcia Costabeber - CRC ES-005482/O - Contabilidade Pública (13/11/2023 à presente data)

Alexsander Carvalho Nunes – CRC ES-10948/O-7 - Contabilidade Empresarial (02/03/2022 à presente data)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE OS NEGÓCIOS SOCIAIS E PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS DO EXERCÍCIO DE 2023, DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA – CDTIV

O presente relatório foi elaborado em atendimento à legislação vigente, em especial à Lei Federal 6.404/76; ao Art. 1º e Anexo III – Prestação de Contas Anual dos Ordenadores de Despesas da Administração Direta e Indireta, da Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – IN TC- 043/17; ao Art. 2º do Decreto Municipal 17.883/19 e ao Art. 29, letra “q” do Estatuto Social da CDTIV.

A Lei 2.669, de 13 de fevereiro de 1980, autorizou o Município de Vitória a constituir a Companhia de Desenvolvimento de Vitória (CDV). Em 2020, a Lei 9.626 de 9 de março de 2020, alterou a denominação da Empresa para Companhia de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Vitória (CDTIV), redefinindo também suas atribuições, conforme seu Estatuto Social, elaborado em consonância às disposições do Decreto Municipal 16.915, de 29 de dezembro de 2016, que regulamentou a da Lei Federal 13.303/2016 (Lei das Estatais). A Lei das Estatais disciplina a exploração direta de atividade econômica pelo Estado por intermédio de suas empresas públicas e sociedades de economia mista, conforme previsto no Art. 173 da Constituição Federal de 1988.

A CDTIV é uma empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, constituída sob a forma de sociedade anônima, com patrimônio próprio. Iniciou suas atividades em 1987 e tem como único acionista o Município de Vitória. Encontra-se instalada na Rua Armando Moreira de Oliveira, 230, Goiabeiras, Vitória/ES, CEP 29.075-075. Atua sob a luz da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 e do Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, que trouxeram significativas mudanças ao regime jurídico das empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias.

Em 20 de novembro de 2023, a CDTIV, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, alterou seu Estatuto Social, tendo como principais motivos a necessidade de adequação ao texto legal das Leis Municipais 2.669/80 e 9.626/20, ambas alteradas pela Lei 9.932/23, que extinguiu o Conselho de Administração e também adequação ao Decreto Municipal 22.121/23, que alterou o Inc. VII do Art. 16 do Decreto Municipal 16.915/16.

A CDTIV observa as regras de governança corporativa que representam mecanismos de incentivo e controle que visam a assegurar o alinhamento das decisões dos Administradores com os seus objetivos sociais. É responsável por analisar conjunturas econômicas, desenvolver estudos e pesquisas, contratar projetos de viabilidade técnica e econômica, com o objetivo de fomentar e desenvolver a economia da Cidade de Vitória, em médio e longo prazo. Por meio de concessões e de parcerias público-privadas, desenvolve projetos de alta complexidade e longa maturação. É responsável, também, pelo desenvolvimento do turismo,

da ciência, da tecnologia e da inovação, com o objetivo de tornar Vitória uma cidade cada vez mais inteligente e humana, em cumprimento à sua missão institucional.

Segundo seu novo Estatuto, a Companhia tem como função social a *“realização de interesse coletivo, objetivando a promoção do desenvolvimento do Município de Vitória, mediante a atuação voltada para o investimento e fomento estratégicos nas seguintes áreas de desenvolvimento: (i) econômico; (ii) ciência, tecnologia e inovação; (iii) economia criativa; (iv) turismo; e (v) concessão, permissão e autorização de uso de áreas e bens públicos municipais”*.

A CDTIV tem como missão *“atuar como centro de excelência para o desenvolvimento econômico sustentável da cidade, promovendo concessões, negócios estruturados, ciência, tecnologia e inovação, de forma a tornar Vitória uma Cidade Inteligente e Humana”*. Sua visão estratégica até 2025 é *“ser referência internacional em desenvolvimento sustentável local”*. E seus valores institucionais são: *“determinação; excelência e desempenho”* (disponível em: <https://www.cdtiv.com.br/institucional/missao/>).

A **Diretoria de Negócios** atua na área de concessões de áreas, imóveis e serviços públicos, negócios populares e cooperativismo, na intermediação do Programa “Artes na Praça”, feira comunitária e *food-truck*, bem como no apoio ao empreendedorismo, no fomento e apoio ao empreendedor e no acesso ao crédito. A **Diretoria de Inovação** atua no âmbito do desenvolvimento tecnológico, da inovação e da criatividade para geração de mudanças positivas na cidade e na melhoria e progresso em todas as atividades econômicas, sociais e culturais. A **Diretoria de Turismo** atua de forma integrada no planejamento dos objetivos e metas governamentais dessa atividade econômica; coordena a execução das políticas e diretrizes da administração municipal para o desenvolvimento do turismo no município; promove os programas de desenvolvimento de acordo com o Plano de Turismo de Vitória; trabalha na proteção ao turista e na oferta de meios para a divulgação da cidade. Também é sua responsabilidade a articulação com os órgãos que mantenham parceria com a administração municipal na área do turismo.

A CDTIV compõe o Sistema Municipal de Ciência e Tecnologia e Inovação, administrando os fundos FACITEC e o Fundo de Desenvolvimento do Turismo de Vitória (FUNDETUR). O Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), presidido pelo Diretor-Presidente da CDTIV, elabora o Plano Diretor de Turismo do Município de Vitória. Já o Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia do Município de Vitória (CMCT), também presidido pelo Diretor-Presidente da Companhia, apoia e atua consultivamente nos assuntos ligados ao desenvolvimento de políticas públicas de apoio à inovação, tecnologia e pesquisa científica.

Gestão Administrativa e TI:

Em 2023, a gestão da Companhia atuou no aprimoramento em procedimentos administrativos internos, em atendimento ao princípio da boa gestão, da economicidade e da transparência. A partir de março, seus processos, até então físicos, passaram a ser tramitados integralmente em ambiente eletrônico, por meio de uso do Sistema de Processos Administrativos – SIPAD, da Prefeitura Municipal de Vitória, por meio do Convênio 01/23. Também melhorou a infraestrutura e condições de trabalho de seus funcionários, com aquisição e substituição de 60 computadores novos e 55 cadeiras giratórias, substituindo as antigas, bastante desgastadas. Na área de patrimônio, fez inventário eventual, conforme diretrizes estabelecidas no artigo 290 § II do Decreto Municipal 20.939/2022 e publicou a Portaria 05/23, alterada pela Portaria 010/23. Publicou a Norma de Procedimentos SEP-NP 010/23, sobre Gestão de Materiais e Patrimônios, que se encontra disponível em <https://www.cdtiv.com.br/normas/>. Também realizou transferência ao Município dos bens classificados como “inservíveis”, com as respectivas baixas contábeis e financeira.

Em atendimento à Lei 13.303/16, foi aprovado, pelo Exmo. Prefeito Lorenzo Pazolini, em 31/05/2023, o Regulamento Interno de Compras e Licitações; o Regulamento de Patrocínio e o Regulamento de Convênios da CDTIV.

A CDTIV, atualmente, possui aproximadamente 40 contratos vigentes, cuja fiscalização e gestão vem sendo aprimoradas. Foi instituído o Núcleo de Contratos e Convênios – NCC e realizadas capacitações internas, bem como editada a Norma SEP 09/23. Da mesma forma, editada a Norma SEP 06/23, sobre Concessão de Uso de Bem Público Municipal, visando inclusive a redução do índice de inadimplência dos contratos de concessão de uso. As normas encontram-se disponíveis em: <https://www.cdtiv.com.br/normas/>.

Na área de recursos humanos, vale registrar que em setembro, foi celebrado acordo judicial com o Sindicato dos Empregados da CDTIV (SINDSMUVI), em tramitação desde 2015, reduzindo assim, o contencioso da Empresa.

Para **2024**, a Gestão Administrativo Financeira e TI da CDTIV, tem como prioridades:

- Alteração do vínculo de contratação dos servidores comissionados, conforme alteração estatutária, ou seja, de “Diretor-Não Empregado” para Celetistas (Lei 9.626/20);
- Implantação de Ponto Digital com reconhecimento facial, para registro de frequência dos servidores e estagiários;
- Atualização do Acordo Coletivo dos Empregados /SINDSMUVI;
- Revisão do Regulamento Interno de Compras e Licitações;
- Adequação à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD;
- Implantação de Banco de Horas;

- Contratar empresa especializada em implantação de videomonitoramento para o Centro de Inovação do Parque Tecnológico;
- Contratar nova empresa para prestação de serviços de *outsourcing* de impressão;
- Contratar empresa para realizar atualização do Plano de Cargos e Salários dos Empregados;
- Contratar empresa especializada em serviços de *Backup* Externo ou *Colocation*;
- Implementar Solução de *Backup* Remoto;
- Contratar empresa especializada em Cabeamento de Rede Estruturado para a CDTV.

A seguir, as principais ações desenvolvidas pelas áreas finalísticas da CDTV, em 2023:

I. Desenvolvimento de Negócios:

- a. Novas concessões realizadas em 2023 – valores mensais / receitas:
 - i. Restaurante Praça do Papa: R\$ 11.900,00;
 - ii. *Fast Food* Praça dos Namorados: R\$ 21.204,93;
 - iii. Lanchonete Parque Moscoso: R\$ 800,00;
- b. Fomento e patrocínio ao evento “Liquida Goiabeiras”: Valor R\$ 70.000,00 – realizado de 13 a 18/06/2023;
- c. Fomento e patrocínio ENJE e Congresso Repense: R\$ 5.000,00.
- d. Acesso ao Crédito: para os munícipes empreendedores no Programa de Microcrédito Produtivo e orientado pelo Governo do Estado do Espírito Santo, operado por meio programa “Nosso Crédito - Microcrédito Banestes”. Em 2023, foram realizados 616 atendimentos para análise no Microcrédito, desses, 70 foram atendidos, totalizando R\$ 1.275.100,00. (Fonte: Relatório de Gestão 2023);
- e. Apoio ao Empreendedor: oferece orientação especializada aos cidadãos que desejam iniciar o próprio empreendimento. Também estão disponíveis os serviços de acesso ao crédito, de acordo com o perfil de cada empreendimento. O Centro atua na formalização de empreendedores individuais, fomento, associativismo e capacitação para pessoas jurídicas, possibilitando a criação de novas empresas. Em 2023 foram realizados 1.707 atendimentos MEI no Centro de Apoio ao Empreendedor. (Fonte: Relatório de Gestão 2023).



Companhia de Desenvolvimento,
Turismo e Inovação de Vitória

II. Turismo:

- a. Apoio ao evento – “Arena Verão”, realizado pela Prefeitura de Vitória: locação de óculos Meta Quest 2 e produção de vídeo 360° - R\$ 24.531,00;
- b. Patrocínio ao evento “Fábrica de *Chefs*”, no valor de R\$ 5.000,00;
- c. Carnaval 2023: R\$ 2.279.938,03;
- d. Contrato de Barracas para apoio em eventos da PMV: R\$ 200.000,00;
- e. Contrato de Banheiros químicos/hidráulicos e lavatórios para apoio em eventos da PMV: R\$ 200.000,00
- f. Realização do Evento: “Vila de Natal/2023” - R\$ 3.252.609,60;
- g. Réveillon 2023/2024: R\$ 3.937.000,00
- h. Carnaval 2024: R\$ 3.229.837,99.

III. Inovação:

- a. **Participação do Evento ESX 2023** - Espírito Santo *Innovation Experience*, um evento de grande magnitude que coloca o empreendedor no centro da experiência de inovação, orientando-o para o *MINDSET INOVADOR* com o olhar da tecnologia e das startups, proporcionando conhecimento aos participantes das ações e uma verdadeira imersão nas atividades promovidas pelo Ecossistema Capixaba de Inovação, tendo como objetivo principal, o fortalecimento do ecossistema de empreendedorismo e da inovação do Espírito Santo. Na Edição de 2023 além de um stand institucional, a CDTIV assinou o espaço Talentos do Amanhã onde além de oficinas as escolas municipais apresentaram seus Projetos de robótica, uso de tecnologia nas salas de aula, com os *tablets*, e experiências com o TiX Letramento.
- b. **Fórum Cidades Digitais e Inteligentes:** A CDTIV realizou o primeiro evento presencial da Rede Cidade Digital (RCD), no Espírito Santo, fazendo com que a capital fosse a anfitriã. O Fórum de Cidades Digitais e Inteligentes, promovido pela RCD em parceria com a Prefeitura de Vitória, por meio da Companhia de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Vitória (CDTIV), abordou como as prefeituras da região usam a tecnologia para oferecer melhores serviços ao cidadão. O evento trabalhou as ideias, com o compartilhamento de informações capazes de contribuir com a formulação de políticas públicas que impactem positivamente na vida das pessoas. No evento, o Prefeito Lorenzo Pazolini recebeu o prêmio “Prefeito Inovador”, com o Projeto PIBIC JR, do Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia do Município de Vitória (FACITEC). Esse reconhecimento se dá a quem usa a tecnologia em favor do seu município, que valoriza a inovação

para dar uma qualidade de vida melhor às pessoas e que olha para o futuro sempre em busca do desenvolvimento;

- c. **E-commerce.es:** o 3º maior evento de *e-commerce* do Brasil, em solo capixaba. Foram dois dias de imersão no ecossistema do *e-commerce*, contando com 2 dias de experiência, 3 palcos com muito conteúdo, mais de 5.000 profissionais;

- d. **Programa de Inovação Aberta - Lauduz (PI):** o Programa de Empreendedorismo Industrial (PEI) conecta desafios a propostas de solução de startups. O desafio proposto pela CDTIV em conjunto com Secretaria Municipal de Saúde foi “Saúde em Casa”. A Solução encontrada foi uma maleta de telemedicina que proporcionará ao paciente um atendimento médico e realização de exames em sua casa. A solução encontra-se em desenvolvimento pela *startup* junto com a Secretaria Municipal de Saúde. Após negociações, a solução irá proporcionar assistência abrangente aos moradores em situação de rua, em estreita colaboração com a Secretaria Municipal de Assistência Social, oferecendo cuidados médicos e exames direcionados a essa população vulnerável. A CDTIV foi pioneira na negociação dos direitos de propriedade intelectual sobre a solução desenvolvida. a *startup* pagará à CDTIV, a partir do encerramento do projeto, o percentual de 7% (sete por cento) sobre o lucro líquido da solução (“kit – maleta”) a título de *royalties*, exclusivamente sobre vendas para o Poder Público;

- e. **TecVitória:** como associada e membro do Conselho Administrativo da Incubadora de Empresas de Base Tecnológica – TecVitória, A CDTIV consolida o posicionamento do município aproximando as políticas na área de Ciência, Tecnologia e Inovação desenvolvidas na cidade com possíveis parcerias ou ações desenvolvidas pela TecVitória, preparando empreendimentos nascentes para ingresso no mercado, bem como oferece apoio às empresas já consolidadas;

- f. **Cidades Empreendedoras: Interlocação dos programas SEBRAE e PMV:** em junho de 2023 a CDTIV assumiu a interlocação entre o SEBRAE e PMV, através do Cidades Empreendedoras. A primeira etapa do programa foi identificar a pontuação do município no Índice de Capacidade de Estímulo ao Empreendedorismo (ICEE) e se posicionar diante dos eixos e das necessidades que precisam ser melhoradas em cada uma das dimensões da metodologia. O ranking gerado permite verificar o posicionamento e a evolução

de todos os municípios, subsidiando o Sebrae e a Gestão Municipal na avaliação do desempenho do Programa e na adoção de medidas para melhorar a performance empreendedora do município.

Essas avaliações são classificadas em ciclos de avaliação. No momento assumido o Município de Vitória possuía uma pontuação 6.2. Após inúmeras reuniões e alinhamento, mudanças de decretos, comissões de desburocratização, conseguimos evoluir o município de Vitória para 9.3 Classificando Vitória em 7º lugar e tendo como premiação uma viagem para a Missão Nacional Cidade Empreendedora - *Smart City Expo Congress*. Atualmente a pontuação encontra-se no último ciclo, onde podemos evoluir ainda mais no ranking.

PLANEJAMENTO CDTIV 2024 – AÇÕES PRIORITÁRIAS:

➤ **Desenvolvimento de Negócios:**

- Concessão Mercado da Capixaba;
- Nova concessão Quiosques de Camburi;
- Plano de Gestão Integrada da Orla.

➤ **Turismo:**

- Locação de Bustour - Formadores de Opinião;
- Locação de Bustour - FAMPRESS Influencers;
- Locação De Vans – FAMPRESS;
- Compra de Pannels e Panelinhas de barro para distribuição em Eventos;
- Compra de Óculos VR Meta Quest 2;

- Realização do evento “Vila de Páscoa 2024”;
- Contratação de empresa de pesquisa de perfil do turista e excursionista de Vitória;
- Aquisição de Placas de Identificação - Centro Histórico;
- Novo contrato locação de Barracas para apoio em eventos;
- Novo contrato de banheiros e lavatórios para apoio em evento.

➤ **Inovação:**

- Contratação de consultoria especializada para desenvolvimento e implantação de um **modelo de governança para o Centro de Inovação do Parque Tecnológico de Vitória**, visando garantir uma gestão eficiente, transparente e participativa das atividades e recursos disponíveis.

- **Sala do Empreendedor Digital:** Transformar a realidade econômica dos municípios a partir do empreendedorismo, oferecendo um conjunto de ferramentas e soluções efetivas para reduzir a burocracia, gerar emprego, renda e oportunidades. A proposta é conectar o dono de um pequeno negócio com a gestão pública e o agente de desenvolvimento local, oportunizando a capacitação necessária para os empreendedores;
- **ELI - Início dos alinhamentos e contratações:** a abordagem de Ecossistemas Locais de Inovação (ELI) busca compreender de maneira sistêmica o ecossistema de inovação de um município ou de uma microrregião geográfica, considerando suas vocações econômicas e seu potencial tecnológico, para promover o desenvolvimento local, sob a ótica da inovação, e estruturar uma intervenção coordenada de longo prazo. O ELI tem como objetivo principal aumentar o grau de maturidade do ecossistema de inovação local. Para isso é fundamental ampliar a efetividade das integrantes das vertentes, ou seja, melhorar a entrega de valor de cada uma delas, bem como ampliar a integração entre as instituições – criar uma dinâmica de diálogo e de cooperação coletiva.

Considerações Finais:

Ao oferecer uma visão clara aos auditores externos sobre a função social da Companhia, suas perspectivas, estratégia de negócios, a governança e o desempenho da CDTV, este relatório busca também atender às necessidades de informação, aos preceitos da boa gestão pública, da transparência e da governança responsável, indispensáveis ao controle social dos recursos públicos.

Vitória, ES, 31 de dezembro de 2023.

Diretoria Executiva:

MARCUS GREGÓRIO SERRANO
Diretor-Presidente

DONATILA LIMA NAVA MARTINS
Diretora Administrativo Financeira

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		8.359.149,58	4.981.762,55	Circulante		7.349.043,67	4.945.838,58
Disponibilidades		8.078.726,85	4.736.621,28	Fornecedores e outras contas a pagar	13	17.375,41	
Bancos conta movimento	4	7.614.247,63	4.373.642,89	Obrigações fiscais	14	130.179,03	91.333,75
Aplicações financeiras	5	464.479,22	362.978,39	Obrigações Sociais	15	130.409,75	184.960,74
Direitos realizáveis		280.422,73	245.141,27	Provisões de férias e encargos	16	392.088,29	294.433,53
Contas a receber de concessionários	6	160.565,61	92.890,65	Outros passivos circulantes	17	173.771,99	106.310,56
Impostos e contribuições a recuperar	7	32.157,93	87.859,39	Antecipação de Recursos	18	6.505.219,20	4.268.800,00
Almoxarifado	8	3.217,39	5.444,79				
Adiantamentos	9	84.481,80	56.133,57				
Outros Créditos		-	2.812,87				
Não Circulante		20.161.746,21	8.550.707,49	Não Circulante		119.637,40	267.125,03
Realizável a Longo Prazo		22.325,39	61.176,13	Provisões para contingências	19	119.637,40	267.125,03
Contas a receber de concessionários	6	22.325,39	50.189,33				
Depósitos judiciais		-	10.986,80				
Investimentos	10	10.650.172,00	8.431.841,00	Patrimônio líquido		21.052.214,72	8.319.506,43
Investimentos		10.650.172,00	8.431.841,00	Capital social	20	3.740.825,00	3.740.825,00
Imobilizado	11	9.466.638,33	31.353,23	Ajustes de Avaliação Patrimonial	21	7.986.396,00	5.768.065,00
Imobilizado		9.466.638,33	31.353,23	Reserva de Lucros	22	474.799,89	18.487,25
Intangível	12	22.610,49	26.337,13	Prejuízos Acumulados		-	(1.207.870,82)
Intangível		22.610,49	26.337,13	Adto para Futuro Aumento Capital	23	8.850.193,83	
Total do ativo		28.520.895,79	13.532.470,04	Total do passivo e patrimônio líquido		28.520.895,79	13.532.470,04

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações do Resultado
Às informações Trimestrais em 31 de Dezembro
Em reais

	Nota	2023	2022
Receita Líquida / Lucro Bruto	24	17.977.442,58	10.990.831,99
Despesas gerais e administrativas	25	(16.187.535,84)	(11.612.823,33)
Depreciação e Amortização	25	(129.690,64)	(84.089,43)
Provisão para Créditos de Liq. Duvidosa	26	(66.655,83)	(16.538,69)
(+) Outras receitas	27	29.885,25	153.599,09
(+) Reversão de provisões	28	258.698,85	459.496,72
Lucro antes das Receitas e Despesas Financeiras		1.882.144,37	(109.523,65)
(+/-) Receitas e Despesas financeiras	29	307.307,37	69.347,60
Lucro antes dos Tributos		2.189.451,74	(40.176,05)
Contribuição Social	30	(145.127,95)	(41.378,53)
Imposto de Renda	30	(385.133,19)	(102.165,63)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício		1.659.190,60	(183.720,21)
Quantidade de Ações do Capital Social Integralizado		3.740.825	3.740.825
Lucro (Prejuízo)Líquido por Ação do Capital Social		0,4435	-0,0491

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Nota	2023	2022
Resultado do Exercício		1.659.190,60	(183.720,21)
(+/-) Outras resultados abrangentes			
Ajustes de Avaliação Patrimonial	21	2.218.331,00	-
Ajustes de Exercícios anteriores		4.992,86	(8.713,53)
Resultado abrangente total do exercício		<u>3.882.514,46</u>	<u>(192.433,74)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em reais

Discriminação	Capital social	Reserva de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	AFAC - Adto futuro aumento Capital	Patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2021	3.740.825,00	18.487,25	5.768.065,00	(1.015.437,08)	-	8.511.940,17
Prejuízo do período				(183.720,21)		(183.720,21)
Reserva Legal						-
Ajuste de exercícios anteriores				(8.713,53)		(8.713,53)
Ajuste de Avaliação Patrimonial						-
Saldos em 31/12/2022	3.740.825,00	18.487,25	5.768.065,00	(1.207.870,82)	-	8.319.506,43
Lucro do período				1.659.190,60		1.659.190,60
Reserva Legal		82.959,53		(82.959,53)		-
Reserva Especial Dividendos a distribuir		368.360,25		(368.360,25)		-
Ajuste de exercícios anteriores		4.992,86		-	-	4.992,86
Ajuste de Avaliação Patrimonial			2.218.331,00			2.218.331,00
Adto para Futuro Aumento Capital - AFAC					8.850.193,83	8.850.193,83
Saldos em 31/12/2023	3.740.825,00	474.799,89	7.986.396,00	-	8.850.193,83	21.052.214,72

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Às informações Trimestrais em 31 de Dezembro
em reais

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	1.659.190,60	(183.720,21)
Ajustes por:		
Ajuste de exercício anterior	-	(8.713,53)
Ajuste no saldo de Depreciação Acumulada		9.852,92
Depreciação e amortização	142.569,48	84.089,43
Recuperação de crédito de PIS e COFINS	(12.878,84)	
Recebimento de Doação de imobilizado	(11.617,67)	
Pagamento de ação trabalhista frente Deposito Judicial	(9.740,00)	-
Atualização Monetária de Prov.Contingência	5.258,78	-
Lucro líquido ajustado	1.772.782,35	(98.491,39)
Aumento (diminuição) das contas dos grupos do ativo e passivo circulantes e não circulantes		
Contas a receber de concessionários (CP e LP)	(39.811,02)	(58.612,83)
Outros Créditos	2.812,87	(50,56)
Adiantamentos	(28.348,23)	20.953,76
Impostos e contribuições a recuperar	55.701,46	(78.385,87)
Estoque	2.227,40	326,13
Depósitos Judiciais	10.986,80	(10.986,80)
Fornecedores e outras contas a pagar	17.375,41	(111,62)
Antecipações PMV	2.236.419,20	4.268.800,00
Obrigações trabalhistas	-	-
Obrigações sociais	(49.558,13)	92.272,90
Obrigações fiscais	38.845,28	(29.869,87)
Outros passivos circulantes	67.461,43	(10.220,49)
Provisões de férias e encargos	97.654,76	(94.619,25)
Provisões para contingências	(147.487,63)	87.880,00
Caixa líquido obtido/(aplicado) nas atividades operacionais	2.264.279,60	4.187.375,50
Transferência para Investimento	-	-
Aquisição de Imobilizado	(694.956,38)	(6.800,00)
Aquisição de Intangível	-	-
Caixa líquido obtido/(aplicado) nas atividades investimento	(694.956,38)	(6.800,00)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-
Caixa líquido obtido/(aplicado) nas atividades Financiamento	-	-
Aumento (Diminuição) de caixa e equivalente caixa	3.342.105,57	4.082.084,11
Caixa e equivalente de caixa no início do período	4.736.621,28	654.537,17
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	8.078.726,85	4.736.621,28
Variação de caixa e equivalente de caixa	3.342.105,57	4.082.084,11

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

1) Contexto Operacional

A Companhia de Desenvolvimento Turismo e Inovação de Vitória – CDTIV é uma Empresa Pública Municipal de direito privado sob a forma de Sociedade Anônima, sendo seu único acionista o Município de Vitória. A Companhia foi autorizada pela Lei Municipal/ES 2.669/80, com as alterações constantes das Leis Municipais/ES 3.345/86 e 5.948/03, e Decreto Municipal/ES 13.112/06.

Constituída em 03 de abril de 1987, registrada sob o CNPJ nº 31.482.631/0001-18, seu objeto social é a execução das atividades de planejamento e desenvolvimento de projetos e concessões buscando a sustentabilidade dos empreendimentos para a Cidade de Vitória/ES, competindo-lhe especialmente, como objetivos gerais a formulação, supervisão e a implementação de uma política de desenvolvimento do Município de Vitória/ES, incentivando notadamente o desenvolvimento tecnológico além de promover a articulação para atrair a instalação de novas empresas no Município de Vitória, dentre outros objetivos. A partir de janeiro de 2018, as atribuições do Turismo do Município de Vitória passaram a ser geridas pela Companhia de Desenvolvimento de Vitória.

Em 2020 foi sancionada a Lei 9.626/20, que alterou a denominação para Companhia de Desenvolvimento Turismo e Inovação de Vitória - CDTIV e deu outras providências, com a finalidade de ajustar a nova demanda existente a uma denominação mais próxima de suas atribuições.

2) Aprovação e Apresentação das Demonstrações Contábeis

Estas demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia de Desenvolvimento Turismo e Inovação de Vitória.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023.

As demonstrações contábeis da Companhia incluem estimativas referentes à contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, tais como a determinação da vida útil econômica do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social e outras estimativas.

3) Resumo das Principais Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Norma Internacional de Relatórios Financeiros (IFRS) para Empresas Pequenas e de Médio Porte e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Resolução CFC de nº 1.255, de 10.12.09, NBC TG 1000 e NBC TG21 (R4) - Demonstração Intermediária.

A Companhia é uma empresa estatal dependente municipal, portanto ela também realiza a Contabilidade aplicada ao Setor Público, sendo os relatórios contábeis elaboradas de acordo com os seguintes normativos e orientações aplicadas ao setor; Lei 4.320/64; Lei complementar nº 101/2000; Normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público (NBC T SP); Parte V – Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (DCASP), do Manual de contabilidade aplicada ao setor público (MCASP), 9ª edição e Disposições das normas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES).

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (a moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e, também, sua moeda de apresentação.

b) Classificação dos ativos circulante e não circulante

São apresentados por valores de custo ou de realização, e incluem quando requerido, as variações monetárias e rendimentos. Estão classificados no circulante os ativos cujas realizações ou recebimentos dar-se-ão até o término do exercício seguinte.

c) Banco conta Movimento e Aplicações Financeiras

Banco conta Movimento e Aplicações Financeiras incluem depósitos bancários, aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez. (Notas 4 e 5).

d) Contas a receber de concessionários

As contas a receber de concessionários (Nota 6) são registradas no ativo circulante e no não circulante de forma individualizada observando o regime de competência de exercícios.

e) Investimentos

O ativo classificado como Propriedade para Investimento refere-se a terreno mantido pela Companhia para obter renda, seja por locação ou por ganho de capital, e está classificado no Ativo não Circulante.

O Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 28 determina o seguinte conceito de Propriedade para Investimento: “é a propriedade (terreno ou edifício – ou parte) mantida pelo proprietário (ou arrendatário em arrendamento financeiro) para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas”.

A Propriedade para Investimento pode ser avaliada a valor justo ou valor de custo (Nota 10)

f) Imobilizado

Os bens integrantes do Imobilizado (Nota 11) estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustado por depreciações acumuladas e quaisquer outras perdas. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas estabelecidas pela legislação do Imposto de Renda e CPC 01.

g) Intangível

Os bens intangíveis compreendem Licenças de *Software* (Nota 12).

h) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do Balanço.

i) Classificação dos passivos circulante e não circulante

São apresentadas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável dos correspondentes encargos das variações monetárias ou contratuais incorridas. Estão classificados no Circulante os Passivos vencidos ou a vencer, cujas datas de exigibilidade dar-se-ão até o término do exercício seguinte.

j) Provisão para contingências

A provisão para contingências (Nota 19) está relacionada a processos de natureza cível, trabalhista e ou fiscal. É reconhecida, em função de um evento passado, quando a CDTV tem uma obrigação legal que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

k) Demais passivos

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos dos correspondentes encargos até a data do balanço.

l) Apuração do resultado

O resultado das operações sociais é reconhecido em observância ao regime contábil de competência de exercício.

m) Demonstração do Fluxo de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 R2.

n) Estimativas Contábeis

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de julgamento na determinação e reconhecimento de estimativas contábeis. As estimativas da Administração envolvem a análise de ativos e passivos, mediante premissas que incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, valor residual do imobilizado, provisão para indenização trabalhista, valor justo para propriedade de investimento e outras estimativas e julgamentos feitos pela administração. Os resultados efetivos podem se apresentar diferentes dessas estimativas e julgamentos feitos pela Administração. A empresa declara que não identificou quaisquer outras informações relevantes e que pudessem impactar na tomada de decisões dos usuários de demonstrações contábeis.

4) Banco conta Movimento:

Banco conta movimento corresponde a depósitos bancários e de livre movimentação, assim representadas:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Banco Brasil – CDV/Subv – 9.875-2	0,00	1.102,25
Banestes S/A – B Ferreira – 27.078.989	7.591.122,61	4.167.654,71
Banestes Concessão – 28.977.619	18.096,42	11.243,28
Banestes Bradesco – 13.126-1	5.028,60	193.642,65
Banco conta movimento	<u>7.614.247,63</u>	<u>4.373.642,89</u>

5) Aplicações financeiras:

As aplicações financeiras são registradas pelo seu valor original. Os juros, atualização monetária, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor original, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Banestes Concessão/Aplicação 28.977.361	291.000,68	257.888,61
Banestes – Poupança/Caução	173.478,54	105.089,78
Aplicações financeiras	<u>464.479,22</u>	<u>362.978,39</u>

6) Contas a receber de concessionários:

A CDTV possui créditos com concessionários que estão sendo cobrados judicialmente. Foram feitas Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa com base no critério de probabilidade de perda dessas ações judiciais conforme relatório emitido pela Assessoria Jurídica da Companhia. A carteira de concessão está assim composta:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Clientes - Concessão - Ativo Circulante	185.454,46	109.429,34
(-) Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa	(24.888,85)	(16.538,69)
Contas a Receber – Ativo Circulante	<u>160.565,61</u>	<u>92.890,65</u>
Clientes - Concessão - Ativo não Circulante	2.723.664,54	2.716.902,94
(-) Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa	(2.701.339,15)	(2.666.713,61)
Contas a Receber – Ativo não Circulante	<u>22.325,39</u>	<u>50.189,33</u>

7) Impostos e contribuições a recuperar:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
CSRF a recuperar	0,00	1.110,01
IRRF a recuperar	0,00	4.054,43
IRPJ a recuperar	2813,67	59.824,80
ISS a recuperar	0,00	1.333,22
CSLL a recuperar	26486,53	21.536,93
PIS a recuperar	8,03	0,00
COFINS a recuperar	36,83	0,00
INSS a recuperar	2812,87	0,00
Impostos e contribuições a recuperar	<u>32.157,93</u>	<u>87.859,39</u>

8) Almoxarifado:

O Almoxarifado refere-se a materiais de consumo e expediente estimados a atender o consumo interno da Companhia.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Almoxarifado	3.217,39	5.444,79
Almoxarifado	<u>3.217,39</u>	<u>5.444,79</u>

9) Adiantamento:

O valor refere-se a adiantamentos feitos a empresas e funcionários.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Adiantamento de Férias	64.926,14	55.355,81
Adiantamento Sindismuvi	-	34,54
Adiantamento IRRF S/Férias	13.464,80	-
Adiantamento de Coopmetro	717,86	743,22
Adiantamento Vale Transporte	5.373,00	-
Adiantamentos	<u>84.481,80</u>	<u>56.133,57</u>

10) Investimentos:

No exercício de 2019, a Companhia de Desenvolvimento Turismo e Inovação de Vitória - CDTV, reclassificou a conta Terreno do grupo de Ativo Imobilizado como Propriedade Para Investimentos - PPI, no grupo Ativo Investimentos, sendo mensurado pelo “valor justo”. Valor este baseado no Parecer Técnico da Comissão Permanente de Engenharia de Avaliações – COPEA, da Prefeitura Municipal de Vitória, obedecendo às diretrizes, às técnicas e as recomendações da NBR 14653 (ABNT). A reclassificação foi fundamentada conforme deliberação de Diretoria, onde fica clara a intenção da CDTV em auferir renda e ganho de capital com este Ativo.

Em 2021, a metodologia empregada no estudo, com base nos pareceres técnicos, apurou um valor de venda (valor justo), de R\$ R\$ 8.431.841,00 para o Terreno. No exercício de 2023, baseado no Parecer Técnico 162/2023 do COPEA, foi apurado um valor de venda (valor justo) de R\$ 10.650.172,00 para o terreno.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Propriedade para Investimento	2.663.776,00	2.663.776,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial a Valor Justo	7.986.396,00	5.768.065,00
Propriedade para Investimentos	<u>10.650.172,00</u>	<u>8.431.841,00</u>

O terreno, fora classificado como Propriedade para Investimento em 2019, pois se tratava de CESSÃO GRATUITA, conforme LEI 9.066/2016, para viabilizar a construção do CENTRO DE INOVAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO DE VITÓRIA – local este que, atualmente, também abriga a CDTV. A intenção do acionista era de se fazer deste prédio um local para o fomento de negócios, geração de emprego e renda na cidade, abrigando empresas ligadas à pesquisa, tecnologia e inovação, além de outras que também dão suporte a toda essa cadeia de produção e atividade econômica, conforme especifica o Plano Diretor Urbano – PDU, aprovado pelo Conselho Municipal do Plano Diretor Urbano (CMPDU).

11) Imobilizado:

A Companhia possuía um Imobilizado no valor líquido de R\$ 11.076.610,79. O método de depreciação utilizado é o linear. A Administração vem informar que, em 31/12/2023, foi reconhecida pela contabilidade desta Companhia os direitos de propriedade da Edificação, no valor de R\$ 8.850.193,83, por meio do processo administrativo SIPAD 8630306/2023, advindos da Prefeitura Municipal de Vitória – PMV, que transferiu, naquela mesma data, o patrimônio para CDTV. Tendo em vista que a transferência se deu em 31/12/2023, na forma do CPC 27 – ATIVO IMOBILIZADO, facultou o não registro da depreciação mensal, em função do breve período em que o bem foi posto à disposição da Companhia em 2023.

Em 2024, é intenção desta Administração realizar um levantamento de forma a segregar a parte que será usada para uso próprio da Companhia da parte que será destinada a novos negócios ou investimentos, oportunidade em que será registrada a segregação das contas.

	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido 2023	Valor Líquido 2022
Móveis e Utensílios	263.409,31	(194.914,08)	68.495,23	9.034,30
Aparelhos	30.147,06	(28.280,48)	1.866,58	2.266,67
Som, Vídeo e Equipamentos	8.496,90	(8.496,90)	0,00	0,00
Materiais Fotográficos e Equipamentos	2.567,80	(2.567,80)	0,00	0,00
Equipamentos para Manutenção	24.295,30	(24.295,30)	0,00	0,00
Maquinas de Produção	127.330,40	(127.330,40)	0,00	0,00
Maquinas e Equipamentos	715.618,38	(715.618,38)	0,00	8.999,99
Equipamentos de Informática	1.047.477,18	(507.741,12)	539.736,06	4.433,86
Benfeitorias em Propriedade	6.800,00	(453,37)	6.346,63	6.618,67
Máquinas de Escritório	274,63	(274,63)	0,00	0,00
Edificações	8.850.193,83	-	8.850.193,83	0,00
TOTAL	11.076.610,79	(1.609.972,46)	9.466.638,33	31.353,49

Movimentação do período:

	Saldo líquido em 31/12/2022	Adições	Baixas líquidas	
			Baixa de Imobilizado	Venda de Ativo
Móveis e Utensílios	9.034,28	63.055,40	-	-
Aparelhos	2.266,59	-	-	-
Som, Vídeo e Equipamentos	0,00	-	-	-
Materiais Fotográficos e Equipamentos	0,00	-	-	-
Equipamentos para Manutenção	0,00	-	-	-
Maquinas de Produção	0,00	-	-	-
Maquinas e Equipamentos	8.999,94	-	-	-
Equipamentos de Informática	4.433,78	643.518,65	-	-
Benfeitorias em Propriedade	6.618,64	0,00	-	-
Máquinas de Escritório	0,00	0,00	-	-
Edificações		8.850.193,83		
TOTAL	31.353,23	9.556.767,88	0,00	0,00

12) Intangível:

Os bens intangíveis compreendem os ativos de softwares. Foi utilizado o método linear para o cálculo das amortizações.

	<u>Valor de Custo</u>	<u>Amortização Acumulada</u>	<u>Valor Líquido 2023</u>	<u>Valor Líquido 2022</u>
Licenças	79.393,70	(56.783,21)	22.610,49	26.337,13
Uso de Software	90.361,00	(90.361,00)	0,00	
TOTAL	169.754,70	(147.144,21)	22.610,49	26.337,13

Movimentação do período:

	<u>Saldo líquido em 31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas líquidas</u>		<u>Amortização Acumulada</u>	<u>Saldo líquido em 31/12/23</u>
			<u>Baixa de Intangível</u>	<u>Venda de Ativo</u>		
Licenças	26.337,13	17.360,00	-	-	(21.086,64)	22.610,49
Uso de Software	0,00	-	-	-	-	0,00
TOTAL	0,00	17.360,00	0,00	0,00	(21.086,64)	22.610,49

13) Fornecedores e Outras contas a Pagar:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Banestes Seguros S/A	607,56	0,00
Locaweb serviços tecno	1.753,25	0,00
Totalware sistemas e rede	12.815,00	0,00
MJ Locações e serviços	2.199,60	0,00
Fornecedores e Outras contas a Pagar	17.375,41	0,00

14) Obrigações Fiscais:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
ISS a recolher	0,00	0,00
IRRF a recolher	123.324,45	79.136,09
Provisão para Imposto de Renda	0,00	1.162,09
Provisão para Contribuição Social	0,00	697,25
Provisão para PIS	1.191,18	1.811,99
Provisão para COFINS	5.663,40	8.526,33
Obrigações Fiscais	130.179,03	91.333,75

15) Obrigações Sociais:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
INSS a recolher	130.409,75	136.885,63
INSS a recolher – PJ	0,00	4.660,62
FGTS a recolher	0,00	43.414,49
Obrigações Sociais	130.409,75	184.960,74

16) Provisões de Férias e Encargos:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Provisão para 13º salário	0,00	0,00
Provisão para Férias	287.697,50	228.559,20
Provisão para INSS S/Férias	81.374,98	47.589,60
Provisão para FGTS S/Férias	23.015,81	18.284,73
Provisão para INSS S/13º salário	0,00	0,00
Provisão para FGTS S/13º salário	0,00	0,00
Provisões de Férias e Encargos	<u>392.088,29</u>	<u>294.433,53</u>

17) Outros Passivos Circulantes:

O Valor de Caução refere-se a recursos provenientes de depósito de caução dos concessionários a serem restituídos aos mesmos no final do contrato.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Cauções	173.478,54	105.089,78
Credores diversos	293,45	1.220,78
Outros Passivos Circulantes	<u>173.771,99</u>	<u>106.310,56</u>

18) Antecipação de Recursos:

Referente a antecipação de Recursos recebidos da PMV a título de Subvenção para Custeio, o qual aguarda a realização da respectiva despesa, conforme. Item 114 - CPC 47.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Antecipação de recursos	6.505.219,20	4.268.800,00
Antecipação de recursos	<u>6.505.219,20</u>	<u>4.268.800,00</u>

19) Provisões para Contingências - PNC:

Referente a processos de natureza cível, com prognóstico de perda provável, conforme abaixo:

- Ação de indenização por danos materiais – Processo nº 022531-48.2019.8.08.0024 – provisionado 100% do valor da ação, R\$ 119.637,40.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prov. Cont. Cível – Previdência USIMINAS	119.637,40	114.245,03
Prov. Cont. Trab. Sindicato do	0,00	60.000,00
Prov. Cont. Cível – Ecos Eventos	0,00	92.880,00
Provisão Para Contingência - PNC	<u>119.637,40</u>	<u>267.125,03</u>

O processo com prognóstico de perda possível, é:

Ação	Processo	Valor
- Ação de cumprimento de fazer (reclamação contra as atividades de exploração - “beach club” - do Quiosque n. 1 de Camburi e cumprimento do contrato de concessão).	Processo nº 0035744-58.2018.8.08.0024	80.000,00

20) Capital social:

O Capital Social integralizado é de R\$ 3.740.825,00 dividido em 3.740.825 ações ordinárias nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Capital Social Integralizado	3.740.825,00	3.740.825,00
Capital social	<u>3.740.825,00</u>	<u>3.740.825,00</u>

21) Ajuste da Avaliação Patrimonial

Refere-se à diferença entre o valor justo e valor de custo do terreno avaliado pela COPEA – Comissão Permanente de Avaliação da Prefeitura Municipal de Vitória, obedecendo às diretrizes, às técnicas e as recomendações da NBR 14653 (ABNT).

No exercício de 2023, baseado nos Pareceres Técnicos números 162/2023 do COPEA, o valor foi reavaliado, conforme abaixo:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ajuste de Avaliação Patrimonial	7.986.396,00	5.768.065,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial	<u>7.986.396,00</u>	<u>5.768.065,00</u>

22) Reserva de Lucros

A reserva legal é instituída como forma de assegurar a integridade do capital social. A Lei 6.404/76, determina que as companhias devem constituir uma “reserva legal” que corresponda a 5% do valor do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

Em 2023, devido ao Resultado da Companhia, foi constituída a Reserva de Dividendos a distribuir, cuja destinação ou retenção, será deliberado em Assembleia Geral.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Constituição de Reserva Legal – AB 2020	15.769,75	15.769,75
Constituição de Reserva Legal – AB 2021	2.717,50	2.717,50
Constituição de Reserva Legal – AB 2023	82.959,53	
Reserva Legal	<u>101.446,78</u>	<u>18.487,25</u>
Constituição de Reserva Especial de Dividendos a distribuir – AB 2023	373.353,11	0,00
Reserva Especial de Dividendos a distribuir	<u>373.353,11</u>	<u>0,00</u>
Reserva Lucros	<u>474.799,89</u>	<u>18.487,25</u>

23) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC

Em 2023, foi recepcionado pelo processo administrativo SIPAD nº 8630306/2023, a transferência do Edifício onde está sediada a CDTV. O valor corresponde ao total gasto com a edificação. Sendo uma antecipação para futuro aumento de capital, a qual aguarda autorização legislativa. A AFAC está prevista no Resolução CFC 1.159/2009, privilegiando o princípio contábil da essência sobre a forma.

	<u>2023</u>
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	8.850.193,83
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	<u>8.850.193,83</u>

24) Receita Líquida:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita Operacional Bruta	<u>18.095.746,85</u>	<u>11.103.612,81</u>
Subvenção econômica	16.817.519,81	9.892.000,00
Concessões	1.278.227,04	1.211.612,81
Deduções da Receita	<u>(118.304,27)</u>	<u>(112.780,82)</u>
COFINS	(97.201,34)	(92.663,15)
PIS	(21.102,93)	(20.117,67)
Receita Líquida	<u>17.977.442,58</u>	<u>10.990.831,99</u>

Subvenção Econômica:

O valor refere-se a recebimento de transferência de recursos financeiros públicos da Prefeitura Municipal de Vitória, conforme previsto na Lei 9.626/20, classificados como de natureza econômica, conforme prevê a Lei 4.320/64.

Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser feita em conta específica do passivo. Dessa forma, a subvenção é reconhecida como receita na demonstração do resultado nos períodos ao longo dos quais a Companhia reconhece os custos e despesas relacionados à subvenção que são objeto de compensação.

Receitas Concessões:

O valor refere-se às receitas advindas dos Contratos de Concessão de Uso de Bem Público do Município de Vitória, situados na Praia de Camburi, Curva da Jurema, Praça do Papa, Parque Moscoso, dentre outros.

Dedução da Receita:

As deduções se referem aos tributos incidentes sobre as Receitas de Concessão.

25) Despesas Operacionais

As Despesas Operacionais estão detalhadas conforme disposição abaixo:

	2023	2022
Despesas com Pessoal (Adm. e Efetivos)	1.935.552,31	1.590.253,31
Despesas com Encargos	552.467,52	549.195,04
Despesas com Serviços	8.189.561,21	4.697.039,73
Despesas com Materiais	75.434,09	136.764,63
Despesas com Impostos e Taxas	15.746,44	5.442,11
Provisão de Despesas	593.546,79	806.350,60
Despesas com Pessoal (cedidos)	810.801,97	841.772,77
Despesas Processuais	9.811,20	6.032,89
Despesas c/ Concessionários	35.987,30	177.306,41
Despesas da Diretoria	3.096.434,93	2.177.877,27
Encargos Sociais Diretoria	763.340,97	566.699,38
Despesas não Dedutíveis	108.851,11	58.089,19
Despesas gerais e administrativas	16.187.535,84	11.612.823,33
	2023	2022
Despesas de Depreciação	110.420,73	71.682,63
Despesas de Amortização	19.269,91	12.406,80
Depreciação e Amortização	129.690,64	84.089,43
TOTAL	16.317.226,48	11.696.912,76

26) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa:

No 4T/23, o valor apurado de PCLD foi de R\$ 24.888,85 correspondendo a 13,42% do montante a receber.

4TRI/2023	CONTAS A RECEBER	% PERDAS ESTIMADAS	PCLD
A VENCER	108.135,14	2,71%	2.930,46
VENCIDAS			
ENTRE 1 A 30 DIAS	22.539,44	10,00%	2.253,94
ENTRE 31 A 60 DIAS	22.530,26	20,00%	4.506,05
ENTRE 61 A 90 DIAS	22.242,24	30,00%	6.672,67
ENTRE 91 A 180 DIAS	2.963,33	50,00%	1.481,67
ACIMA DE 180 DIAS	7.044,05	100,00%	7.044,05
	77.319,32		21.958,38
TOTAL	185.454,46		24.888,85

	2023	4T/23	3 T/23	2T/23	1T/23	2022
Provisão devedores duvidosos	66.655,83	24.888,85	11.501,82	16.039,58	14.225,58	16.538,69
Provisão devedores duvidosos	66.655,83	24.888,85	11.501,82	16.039,58	14.225,58	16.538,69

27) Outras Receitas:

No ano de 2023 a companhia registrou outras receitas referentes as seguintes operações:

	2023	2022
Receitas Eventuais	738,02	7.639,27
Despesas Recuperadas	17.529,56	145.959,82
Receita Doações	11.617,67	
Outras Receitas	29.885,25	153.599,09

28) Reversão de Provisões

	2023	2022
Reversão de PECLD	58.368,36	270.829,12
Reversão de Prov. p/contingências Trabalhistas		123.667,60
Reversão de Prov. Contingencias	152.880,00	65.000,00
Reversão de Prov. 13º sal	36.176,17	-
Reversão de Prov. INSS	8.019,18	-
Reversão de Prov. FGTS	3.255,14	-
Reversão de Provisões	258.698,85	459.496,72

29) Resultado Financeiro:

No ano de 2023 a companhia registrou despesas e receitas financeiras nos seguintes montantes:

	2023	2022
Despesas Financeiras	(15.721,94)	(43.599,15)
Atualização Monetária	(10.623,81)	(8.056,07)
Despesas Bancárias	-	(2.906,59)
Multa e Juros de mora	(5.098,13)	(32.636,49)
Receitas Financeiras	323.029,31	112.946,75
Receita de Aplicações	291.975,80	64.234,87
Descontos obtidos		0,24
Juros de mora	23.315,09	36.856,48
Multas – Concessão	5.351,02	11.083,23
Outras Receitas Financeiras	2.387,40	771,93
Resultado Financeiro Líquido	307.307,37	69.347,60

30) Imposto de Renda e Contribuição Social:

A Companhia é tributada pelo Lucro Real Trimestral. Os valores referem-se à apuração do trimestral, com vencimento no exercício seguinte.

	2023	2022
Provisão para Imposto de Renda	385.133,19	102.165,63
Provisão para Contribuição Social	145.127,95	41.378,53
Imposto de Renda e Contribuição Social	530.261,14	143.544,16

31) Eventos Subsequentes:

A Administração revisou os eventos subsequentes até a data de autorização de emissão dessas Demonstrações, 26/04/2024, não existindo outros eventos relevantes a serem mencionados até esta data.

Vitória (ES) 31 dezembro de 2023.

Marcus Gregório Serrano
Diretor Presidente

Donatila Lima Nava Martins
Diretora Adm. Financeira

Alexsander Carvalho Nunes
Contador Comercial
CRC-ES 10.948/O-7